



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
"Palácio Moisés Viana"  
Unidade Central de Controle Interno

PARECER Nº 126/2006

ORIGEM: Processo de Licitação – Dispensa 055/06

ASSUNTO: Solicitação de Parecer – Contratação de Empresa - Curso

Senhor Chefe da UCCI:

Veio a conhecimento desta Consultoria Técnica na área Jurídica e Contábil, dispensa de processo licitatório, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades, no que tange a contratação de empresa para realização de curso sobre fruticultura.

Da Legislação:

Cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o Art. 37, XXI da CF/88.

Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93, que estabelece normas cogentes de Direito Público.

Da Preliminar:

Visa a presente dar cumprimento às atribuições estabelecidas nos Arts. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei nº 4.242/01, Decreto 3.662/03 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta Unidade está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei,

deverá ser encaminhado por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório.

Diante da análise do referido Processo Licitatório, realizado por esta UCCI, até o presente momento, s.m.j., foram identificadas irregularidades, desde a entrega do Processo de Dispensa para análise, na Unidade de Controle, **em 28/08/2006**, para avaliação quanto a legalidade da despesa, sendo que a presente requisição é **para realização do curso de 28 a 31 de agosto de 2006**.

Sendo que o curso será realizado durante o prazo citado, **depreende-se que o empenho será prévio à homologação da presente Dispensa** de Licitação, o que fere frontalmente a Lei 4.320/64, que trata da despesa pública, motivo pelo qual nos manifestamos pelo **não prosseguimento do feito**, devendo ser transformado o presente feito em diligência, a fim de verificar a ocorrência.

É o Parecer.

Sant'Ana do Livramento, 29 de agosto de 2006.

TEDDI WILLIAN FERREIRA VIEIRA  
OAB/RS 54.868 – Advogado  
TCI - UCCI